

Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

TERMO DE REFERÊNCIA

Fls. 100
Prot. E. 658/2020
Rub. financeira
Proc. 102/2020

1. OBJETIVO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o processo licitatório, determinando as condições que disciplinarão a aquisição de 1 Camionete CD (4x4) e 1 Pick-Up, CS, objetivando atender demanda e necessidades do Instituto do Meio Ambiente de Dourados/MS, conforme estabelecido neste instrumento e seus apêndices.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico, Apêndice "A" do presente termo.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

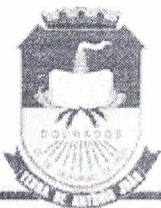
- 3.1. Os itens que compõe o objeto da licitação têm a natureza comum, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520/02, c/c inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/19.
- 3.2. Os itens a serem adquiridos possuem especificação conforme Proposta de Preços (Anexo I do edital).
- 3.3. Os respectivos códigos CATMAT dos itens estão discriminados no Apêndice "C" do presente termo.
- 3.4. A contratação objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, terá como tipo "Menor Preço" e como critério de julgamento o valor do item.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE)

- 4.1. Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante fornece/forneceu materiais pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação.
- a. Para atender o disposto acima é necessário que o Atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
 - b. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
 - c. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente;
 - d. Apresentar, preferencialmente, somente os atestados necessários e suficientes para a comprovação da qualificação técnica exigida e, se possível, indicar com marca textos, os itens que comprovarão as exigências.

5. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA (CATÁLOGO/FOLDERS/MANUAIS/PLANILHAS/ETC.)

- 5.1. Será exigida apresentação de documentação complementar? (x) Sim () Não
- É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os veículos solicitados, através de documentos, conforme segue.
- I. Documentos que sejam de domínio público (eletrônico ou impresso) cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos veículos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- a) Os documentos deverão ser em original, cópia autenticada ou impressos do site do próprio fabricante ou impressos pelo próprio fabricante e apresentados de forma nítida e legível, em língua portuguesa sem rasuras ou emendas, conforme dispõe o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- b) Documentos impressos pela *Internet* somente serão considerados válidos, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e deve vir indicando as respectivas URL (Uniform Resource Locator), possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;
- c) Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação do documento disponibilizado pela licitante, exceto quando referidas modificações tiverem concordância expressa do fabricante;
- d) No caso de documento com diversos modelos, a proponente deverá identificar qual marca/modelo em que estará concorrendo na licitação;
- e) Poderá a Comissão Técnica Especial, caso houver necessidade de se contatar a veracidade das informações, fazer consulta direta no site da fabricante.

II. Declaração de Capacidade de Assistência Técnica, constante no Apêndice "D" do Termo de Referência.

5.1.1. A análise para avaliação técnica da conformidade e da compatibilidade da documentação com as especificações constantes da Proposta de Preços será efetuada pela Comissão de Análise e Acompanhamento e Procedimentos Licitatórios, Resolução/Decreto nº 153 de 08 de Março de 2017.

5.2. Será exigida para todos os itens? (x) Sim () Não

Quais itens? _____

6. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

6.1. Será exigida apresentação de amostra? () Sim (x) Não

6.2. Será exigida para todos os itens? () Sim () Não

Quais itens? _____

Fls. 101
Prot. E. 658/2020
Rub. financeira
Proc. 1021/2020

7. VISITA TÉCNICA OU VISTORIA TÉCNICA

7.1. Será exigida realização de visita/vistoria? () Sim (x) Não

7.2. A realização da visita/vistoria será? () Obrigatória () Facultativa

8. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. Será exigida garantia? (x) Sim () Não

8.2. Será exigida para todos os itens? (x) Sim () Não

Quais itens? _____

8.3. Será exigida assistência técnica? (x) Sim () Não

8.4. Será exigida para todos os itens? (x) Sim () Não

Quais itens? _____



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

8.1. Da garantia.

8.1.1. O prazo de garantia dos veículos deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, livre de horas de uso, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais, sendo compreendida pela assistência técnica, incluindo mão de obra, reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos de fábrica, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal, prevalecendo, contudo, o prazo constante do certificado de garantia, desde que seja superior ao mínimo exigido.

8.1.2. Durante o prazo de vigência da garantia, constituem-se obrigações da Contratada:

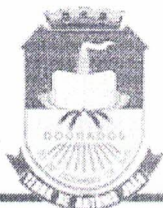
- I. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo dos veículos ou material permanente ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observado a legislação pertinente;
- II. Arcar com os custos de transporte e seguro de transporte, além daqueles relacionados com a manutenção dos veículos;
- III. Prestar assistência técnica permanente e gratuita, que incluirá o atendimento e resolução dos problemas ou defeitos apresentados, seja diretamente ou por intermédio de representante(s) autorizada(s) ou credenciada(s) do fabricante, observando as seguintes condições:
 - a) Caso ocorram mais de 03 (três) chamados para assistência técnica referente ao mesmo problema ou 05 (cinco) chamados referentes a problemas distintos, a Contratada deverá substituir os veículos defeituosos por veículos novos, com especificação técnica igual ou superior à constante da proposta;
 - b) O prazo para conserto dos veículos com defeito, durante o período de vigência da garantia, será de no máximo 10 (dez) dias úteis a partir da abertura do chamado técnico, que deverá ser atendido em até 01 (um) dia útil.
 - c) Quando esse prazo de conserto for excedido, ou seja, no 11º (décimo primeiro) dia útil a partir da abertura do chamado técnico, outros veículos com especificação técnica igual ou superior ao constante na proposta deverão ser fornecidos para substituí-los até sua devolução.
 - d) Os veículos deverão ser substituídos definitivamente por outros veículos novos, com especificação técnica igual ou superior da proposta, se o conserto não for realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- IV. Substituir os veículos ofertados ou as suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação por veículos novos e que possua a mesma especificação técnica originalmente proposta.

8.2. Da assistência técnica.

8.2.1. A adjudicatária prestará atendimento com vistas a assegurar a assistência técnica para os veículos decorrente da garantia legal para vícios, durante o prazo de garantia do fabricante sem ônus para o CONTRATANTE, valendo-se de Concessionária Autorizada que opera em nome do fabricante.

- I. Assistência técnica será realizada quando os veículos fornecidos apresentar defeito ou problemas técnicos, mediante abertura de chamado técnico, nos dias úteis, no horário compreendido entre as 07:30h e 13:30h.
- II. O atendimento ao chamado técnico (identificação do problema apresentado), bem como, os procedimentos de manutenção ou retirada dos veículos para assistência técnica e sua posterior devolução, serão realizados nos locais onde estará instalado os veículos, sem ônus de deslocamento ou hospedagem.
- III. Prazo Máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro do chamado técnico, para o atendimento e solução do problema apresentado, excluindo-se deste prazo os sábados, domingos e feriados, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa formal acatada pela Administração.
- IV. A Contratada deverá prestar assistência técnica pelo período de garantia concedido, bem como disponibilização do início do atendimento, sem qualquer ônus para Administração, com indicação de endereços e telefones dos Centros de Atendimento Técnico em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Fls. 102
Prot. E. 658/2020
Rub. Assinatura
Proc. 102/2020



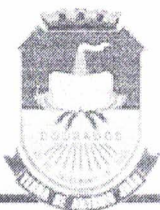
Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 8.2.2.** A Contratada deve possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.
- 8.2.3.** Será exigida durante todo o período de garantia dos veículos, a prestação do serviço de assistência técnica "on site" (= nas dependências do Contratante), por parte do Compromitente Fornecedor, conforme detalhado no instrumento contratual.
- 8.3.** O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será exigido de acordo com a Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

9. CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 9.1.** A solicitação dos veículos será realizada através da Autorização de Fornecimento (AF), que é documento no qual consta a especificação exatamente licitada, bem como as quantidades a serem entregues.
- 9.2.** A Autorização de Fornecimento (AF) será enviada à Contratada via e-mail ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.
- 9.3.** A licitante vencedora está vinculada a fornecer estritamente os veículos discriminados no Pedido de Licitação, no contrato e na nota de empenho, e, no ato da entrega da mercadoria poderá ser constatado o desacordo com o pedido de licitação, contratado e nota de empenho, o que acarretará a devolução do mesmo.
- 9.4.** Os veículos deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da AF (Autorização de Fornecimento), Instituto do Meio Ambiente (IMAM), sito à Rua Joaquim Teixeira Alves, nº 3.770, Parque Arnulpho Fioravante, na cidade de Dourados-MS, respeitando, obrigatoriamente, a quantidade determinada, sendo os mesmos recebidos pelos integrantes da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias.
- 9.5.** As entregas deverão ser feitas no horário de expediente do IMAM, no período das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.
- 9.6.** A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação da Contratante, sujeitando-se a aplicação das penalidades aplicáveis pelo descumprimento do prazo de entrega.
- 9.7.** Os veículos deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal e/ou Fatura), ou seja, de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), dela devendo constar o número do CONTRATO, o veículo, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.
- 9.8.** Os veículos, bem como seus acessórios e componentes exigidos, deverão ser fornecidos novos e dentro das regulamentações e das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, INMETRO, Normas Técnicas do Ministério do Trabalho e demais, sendo que os itens considerados inadequados, de inferior qualidade ou que não atenderem às exigibilidades, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CONTRATANTE, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- 9.9.** Os veículos entregues deverão estar dotados de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios, observando-se rigorosamente as características especificadas, sob pena de ser recusado o seu recebimento e acompanhados da seguinte documentação:
- a) Certificado de Garantia;
 - b) Manual de Instrução e Uso;
 - c) Indicação da rede de assistência técnica autorizada.

Fls. 103
Prot. E. 658/2020
Rub. Janaina
Proc. 102/2020



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 9.10. Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11/09/1990, a apresentação do equipamento deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, prazo de validade e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.
- 9.11. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos veículos que porventura sejam entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do edital.
- 9.12. Em caso de irregularidades não sanadas por parte do fornecedor, a Administração, por meio de seu representante legal, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 9.13. Em caso da necessidade de providências não realizadas por parte do fornecedor, os prazos para pagamento poderão ser suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a à aplicação de multa previstas no instrumento de contrato, e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste Processo Licitatório.
- 9.14. Todas as despesas relativas à entrega dos veículos correrão por conta da Contratada.
- 9.15. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 10.1. Os veículos serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, da seguinte forma:
- I. Provisoriamente – após simples conferência das especificações técnicas e demais características exigidas no edital de licitação e definidas na Proposta de Preços e no presente instrumento;
 - II. Definitivamente – após a comprovação do seu perfeito funcionamento, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento provisório.
- 10.2. A aceitação dos veículos somente será efetuada após o mesmo ter sido considerado satisfatório pela Comissão de Recebimento de Mercadoria designada especialmente para este fim, sendo que a não observância das condições estabelecidas, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou pedido de indenização por parte da inadimplente.
- I. Não serão aceitos veículos divergentes quanto a marca, o modelo ou a especificação informada na Proposta de Preços da Contratada e no presente instrumento da Contratada;
 - II. Detectando-se alguma normalidade como defeitos, falhas ou imperfeições nos veículos, estes serão relacionados e entregues à Contratada para adoção das medidas cabíveis a fim de sanar problemas, podendo rejeitá-los, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - III. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da Notificação;
 - a) Essa Notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
 - b) A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos veículos que porventura seja entregue com defeito, danificado ou não compatível com as especificações, sem ônus para o Contratante, mantido o preço inicialmente contratado;
 - c) Os veículos considerados inadequados, de inferior qualidade ou que não atendem às exigibilidades, será devolvido e o pagamento será suspenso, até a sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.

Fls. 104
Prot. E. 658/2020
Rub. financeira
Proc. 102/2020



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 10.3. Os veículos serão recebidos mediante a apresentação da documentação exigida no subitem "9.9" do presente instrumento emissão do Termo de Recebimento Dêfinitivo emitido pelo Contratante após a entrega total do objeto.
- 10.4. Os veículos serão recebidos mediante a apresentação pela Contratada, do Certificado de Garantia e emissão do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Contratante após a entrega total do objeto.
- 10.5. O contratante reserva-se no direito de não aceitar os veículos que estiver em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa pela sua perfeita execução do Contrato.
- 10.7. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade dos veículos e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado ou no caso de apresentar falha, mesmo que o fato ocorra após o recebimento provisório e/ou definitivo, sob pena de aplicação, pelo Contratante, das sanções previstas na Lei Federal nº 8666/93.
- 10.8. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.
- 10.9. Caso ocorra atraso sem justificativa acatará por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.
- 10.10. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, o Contratante, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 10.11. No caso de inadimplência da Contratada, entrega dos veículos com especificações diferentes do ofertado, ou ainda com imperfeições, quantidade inferior ao consignado da Nota de Empenho, considerar-se-á como data efetiva da entrega aquela em que os veículos sejam entregues, em características compatíveis com o solicitado.
- 10.12. Em caso de necessidade de providências por parte da Contratada, o prazo para pagamento será suspenso e o fornecimento considerado em atraso, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e conforme o caso, as outras sanções estabelecidas na lei e neste Contrato.
- 10.13. Todos os custos referentes ao fornecimento como transporte, taxas e impostos, despesas com refeições e estadias de funcionários, atendimento fora do horário comercial, despesas necessárias durante a assistência técnica no período de garantia contratado, substituição e eventuais retiradas para assistência técnica dos veículos, reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos de fábrica e demais despesas necessários para ao perfeito fornecimento contratado, correrão por conta exclusiva da Contratada.
- 10.14. O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Contratada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como o artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93, e demais exigências legais.
- 10.15. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a aquisição é de aproximadamente R\$ 206.490,92 (duzentos e seis mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e dois centavos).

Fls. 105
Prot. E. 658/2020
Rub. financeira
Proc. 102/2020



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

15.00 – Secretaria Municipal de Planejamento

15.03 – Fundo Municipal do Meio Ambiente

18.542.107 – Programa de Proteção e Controle Ambiental

2.131 – Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente

151.000 – FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

Ficha – 495

Fls. 106
Prot. E. 6581/2020
Rub. financeira
Proc. 1021/2020

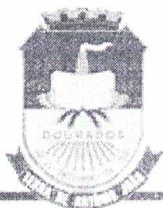
13. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

13.1. Constituem obrigações da Contratada:

- I. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da entrega dos veículos;
- II. Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à entrega do objeto da licitação;
- III. Dar ciência ao Instituto do Meio Ambiente (IMAM), imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na integra solicitadas;
- IV. Entregar os veículos solicitados de acordo com a descrição.
- V. Executar a entrega através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Instituto do Meio Ambiente exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o Instituto do Meio Ambiente por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- VI. Obrigar os funcionários a apresentar-se portando documentos de identificação e com vestimenta adequada;
- VII. Responsabilizar-se integralmente pela venda dos veículos, nos termos da legislação vigente;
- VIII. Realizar a entrega de acordo com a necessidade do Instituto do Meio Ambiente, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidos neste Termo;
- IX. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- X. Indicar o preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- XI. O objeto deverá estar acompanhado do manual do usuário, em português e da relação de rede de assistência técnica especializada.
- XII. Observar as prescrições emanadas do agente da Administração designado para acompanhar a entrega dos veículos;
- XIII. Seus funcionários deverão estar devidamente identificados e uniformizados;
- XIV. Ser zeloso na entrega, de maneira a não por em risco à saúde dos seus agentes e servidores;
- XV. A adjudicatária deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Instituto do Meio Ambiente ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- XVI. A adjudicatária deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;
- XVII. Substituir os veículos, às suas expensas, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

13.2. Constituem obrigações do Contratante:

- I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- II. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- III. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos veículos solicitados;
- IV. Atestar às notas fiscais/faturas correspondentes a entrega dos veículos referentes ao objeto este Termo de Referência;



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- V. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- VI. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do(s) objeto(s), no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- VII. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados;
- VIII. Elaborar as Notas de Empenhos e as Ordens de Fornecimento, determinando as quantidades a serem executados;
- IX. Encaminhar os veículos, cuja garantia estiver vigente, para manutenção preventiva e corretiva somente a empresas concessionárias do fabricante.
- X. Exercer a fiscalização da entrega dos veículos por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- XI. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- XII. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega dos veículos;
- XIII. Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos que a Contratada entregar fora das especificações da Ata de Registro de Preços;
- XIV. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 14.1. Nos termos do art. 67 Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 14.3. São atribuições do fiscal do contrato:
 - I. Conferir o fornecimento do produto, em comparação as disposições estabelecidas, atestando a sua entrega;
 - II. Supervisionar a execução do objeto contratual, garantindo que todas providencias sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados;
 - III. Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora da sua competência;
 - IV. Exigir da CONTRATADA todas as providencias necessárias a boa execução do contrato, garantindo que, todas as providências sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 14.5. A gestão do Contrato e seu objeto serão realizados pelo Contratante por meio do Servidor efetivo Rudolf Guimarães da Rocha. Cpf 003.981.941-81 e Rg 1222374 MS, e matrícula nº 114771919-1 designado conforme o Decreto nº 807, de 20 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Dourados no dia 22 de fevereiro de 2018.

Fis. 108
Prot. E. 658/2020
Rub. funcionário
Proc. 1021/2020

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no edital, no Contrato e legislação correlata.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 16.1. O presente instrumento terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa Oficial e com término em 31 de dezembro de 2020.
- 16.2. Este Contrato poderá ter a sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.
- 16.3. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.
- 16.4. No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

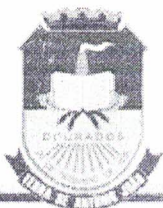
17. PAGAMENTO E REAJUSTE

- 17.1. O pagamento será efetuado parceladamente em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após a entrega e aceite definitivo dos produtos e mediante a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, juntamente com as certidões negativas de débito União, Estado e Município, devendo para isso ficar especificado, o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.
- 17.2. Deverá constar o número do Empenho na Nota Fiscal a ser emitida.
- 17.3. A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da execução dos serviços.
- I. **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
 - II. **Nota Fiscal** gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não execução dos serviços solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
 - III. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.
- 17.3.1. No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice "B", devidamente assinada pelo responsável e no original.
- 17.3.2. A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento dos serviços e, conseqüentemente da nota fiscal.

Fls. 108
Prot. E. 658/2020
Rub. Janaina
Proc. 102/2020

18. CONDIÇÕES DO REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços? () Sim (x) Não
- 18.2. O órgão Gerenciador será a Secretaria Municipal de Fazenda, através do Departamento Central de Compras.
- 18.3. O Órgão Participante será o Instituto do Meio Ambiente de Dourados (IMAM).
- 18.4. A Administração Municipal não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços ou nas quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para contratação dos serviços de respeitada a legislação relativa as licitações, sendo assegurados ao beneficiário do registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 18.5. Quanto a Intenção de Registro de Preço – IRP, não será permitido a participação a demais interessados do presente processo, haja vista que a participação de outras entidades neste certame, ensejaria atraso na aquisição dos bens, já que demandaria a necessidade de consolidação de informações relativas à estimativa individual e total de consumo dos interessados, assim como a



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

necessidade de envio dos documentos referentes a instrução processual dos prováveis participantes, ocasionando atraso no presente processo de contratação. Deste modo, a Secretaria Municipal de fazenda, Órgão Gerenciador, não poderá autorizar a adesão por órgãos ou entidades não participantes (adesão tardia), haja vista não haver justificativa técnica para tal adesão.

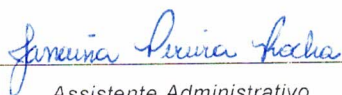
- 18.6.** A validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 18.7.** A licitante vencedora não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

19. FUNDAMENTO LEGAL

- 19.1.** Este termo foi elaborado obedecendo o disposto nas normas e procedimentos administrativos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório vinculando-se ao edital e seus anexos.
- 19.2.** Há de se citar também, o Decreto Municipal nº 368 e 20 de julho de 2009, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 19.3.** Diante do que se preceitua os art. 1º, 2º e 12 da Lei 6.729, de 28 de novembro de 1979 (Lei Ferrari) sobre a concessão comercial entre produtor e distribuidor de veículos automotores de via terrestre, apenas estarão habilitadas, as empresas autorizadas pelo fabricante do veículo, denominadas CONCESSIONÁRIAS ou o próprio fabricante.

20. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 20.1.** Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pela servidora Janaina Pereira Rocha, matrícula funcional nº 114.771.830-002, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.


Assistente Administrativo

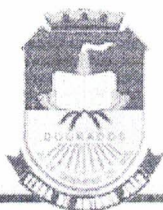
21. DA AUTORIZAÇÃO

- 21.1.** Com fundamento no art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente Termo de Referência e as justificativas apresentadas no Apêndice "A" e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.


Wellington Luiz Santana Lopes

Diretor Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Dourados/MS

Fls. 109
Prot. E. 658/2020
Rub. Janaina
Proc. 102/2020




APÊNDICE "A"

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

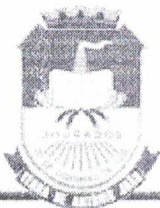
Considerando a necessidade de estruturar e consolidar o Departamento de Arborização do Instituto do Meio Ambiente de Dourados, no qual o deslocamento dos servidores se faz necessário para cumprir com excelência a demanda de atividades, com vistas ao fortalecimento técnico operacional, atendimento e acompanhamento dos projetos já em desenvolvimento, como o Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU), e aos que serão acrescidos.

Justifica-se a abertura de processo licitatório para aquisição dos veículos mencionados neste Termo para atendimento dos serviços públicos e a ampliação do leque de atividades produtivas deste Instituto.

Dourados, 23 de abril de 2020.


Wellington Luiz Santana Lopes
Diretor-Presidente do IMAM

Fls. 110
Prot. E. 658/2020
Rub. Jamara
Proc. 102/2020



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

APÊNDICE "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO

**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV
DO ART. 4º**

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012)

Prefeitura Municipal de Dourados

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I. Preenche os seguintes requisitos:

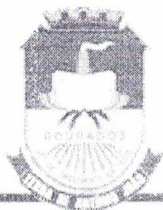
- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável

Fls. 111
Prot. E. 658/2020
Rub. Janeiro
Proc. 102/2020



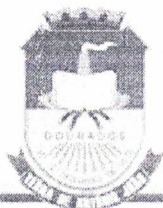
Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

APÊNDICE "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Proponente (Razão Social):	
Inscrição no CNPJ/MF:	Inscrição Estadual:
Endereço:	
Cidade/Estado:	
Telefone/ Fax:	
Nome do Representante Legal da Licitante:	Cargo:
Carteira de Identidade:	CPF:
Pregão Eletrônico:	Processo:
Edital nº ____/2020	nº ____/2020
DECLARAÇÃO (Texto para o caso de a licitante ser revenda)	
<p>Declaramos, sob as penas da lei, que forneceremos o equipamento (indicar o equipamento proposto), cujo fabricante é a empresa (indicar o fabricante do equipamento proposto).</p> <p>Declaramos também que, caso sejamos vencedores do presente certame, apresentaremos a relação dos endereços dos Centros de Assistência Técnica no momento da assinatura do contrato.</p> <p>Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.</p>	
Local/Data:	Assinatura do Representante Legal da Licitante:

Fls. 112
Prot. E. 658/2020
Rub. Janaina
Proc. 102/2020



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

DECLARAÇÃO (Texto para o caso de a licitante ser fabricante do equipamento)

Declaramos, sob as penas da lei, que somos fabricantes do equipamento (indicar o equipamento proposto) e que temos a disponibilidade de Centros de Assistência Técnica adequadamente estruturados, para reposição e técnicos para prestarem os serviços de assistência técnica durante todo o período de garantia nas condições especificadas neste edital.

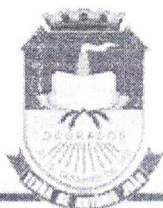
Declaramos também que, caso sejamos vencedores do presente certame, apresentaremos a relação dos endereços dos Centros de Assistência Técnica no momento da assinatura do contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local/Data:

Assinatura do Representante Legal da Licitante:

Fls. 113
Prot. E. 658/2020
Rub. Janaine
Proc. 102/2020



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

APÊNDICE "D"

1.1. CÓDIGO DO ITEM NO CATMAT/CATSER (COMPRASNET) E INTERVALO MÍNIMO DE LANCES

MATERIAL/EQUIPAMENTO	CÓDIGO COMPRAS (N&A)	UNIDADE COMPRAS (N&A)	UNIDADE CATMAT/ CATSER	CÓDIGO CATMAT/ CATSER	VALOR MÉDIO POR ITEM	VARIAÇÃO	INTERVALO DE LANCES
CAMIONETE CD (4X4) DIESEL CÂMBIO MANUAL. Quantidade 1	55579	UNID	UNID	233460	R\$ 148.794,25	1%	R\$ 1.450,00
PICK-UP MÉDIA CABINE SIMPLES. Quantidade 1	55666	UNID	UNID	150070	R\$ 57.696,67	1%	R\$ 500,00

- Sugerimos para o intervalo de lances a porcentagem de aproximadamente 1% do valor médio de cada item, devido ao valor agregado do objeto.

2. DO MODO DE DISPUTA E DISPONIBILIDADE DO VALOR

- 2.1.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 2.2.** O valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação não será sigiloso.

Fls. 114
Prot. E. 658/2020
Rub. Junaina
Proc. 102/2020